

Feminismo negro e história da educação: escrever é existir.

Black feminism and the history of education: to write is to exist.

Raquel Virginia Lopes¹

Isabel Maria Lopes²

Resumo: O presente estudo, tem por objetivo analisar as contribuições do Feminismo Negro à História da Educação. Neste sentido, evidenciar o modo como as mulheres negras se afirmaram protagonistas históricas, intelectuais e produtoras de saberes. Além de compreender o Feminismo Negro como perspectiva que tensiona as narrativas hegemônicas. Desse modo, estudar e escrever a história das mulheres. Trajetórias, invisibilidades, dificuldades, percebendo que as mulheres posicionaram-se ao longo da história, uma oportunidade de compreender situações enfrentadas, estratégias utilizadas e motivos que fazem com que certas práticas e representações ainda persistem fortemente e moldam estereótipos. Metodologicamente recorreremos à pesquisa bibliográfica. O Feminismo Negro, não apenas fortifica a identidade cultural, mas também humaniza, quebra ciclos discriminatórios e contribui para a dissolução das mais diversas formas de opressões. Assim, o Feminismo Negro como um movimento teórico e prático traz visibilidade as reivindicações específicas da população negra, combate estereótipos e silenciamentos históricos. Além de afirmar a subjetividade política das mulheres negras, ao defender o direito de serem vistas como intelectuais e participativas na construção de uma sociedade antirracista e equitativa. Percebe-se a historiografia como ocupação de lugar de poder, o Feminismo Negro na construção e implementação de movimentos, diálogos e narrativas que mudam mentalidades. Desta forma, o Feminismo Negro tanto insere novos sujeitos na historiografia, quanto auxilia na reconfiguração dos próprios fundamentos epistemológicos da História da Educação, ao legitimar saberes de grupos historicamente posicionados em condições de marginalizações. Tornando as maneiras de ser, estar, agir, pensar e escrever mundos possíveis ainda mais completos, estratégia criativa, transformadora, política e teórica. Na luta da população negra por espaço, direitos, existência e terem suas vozes e histórias, ouvidas, contadas, escritas e legitimadas. A história e a memória dinâmicas e historicamente construídas como instrumento antirracista, que pode ser utilizado para uma intervenção educativa libertadora.

Palavras Chaves: Historiografia. Memória. Relações Étnico-Raciais. Resistência.

¹ Doutoranda em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, e-mail: rqlcorte@gmail.com

² Doutoranda em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, e-mail: alopesisabelmaria@gmail.com

Abstract: This study aims to analyze the contributions of Black Feminism to the History of Education. In this sense, it seeks to highlight how Black women have asserted themselves as historical protagonists, intellectuals, and producers of knowledge. Furthermore, it aims to understand Black Feminism as a perspective that challenges hegemonic narratives. Thus, studying and writing the history of women—trajectories, invisibilities, difficulties—recognizes how women have positioned themselves throughout history, offering an opportunity to understand the situations faced, the strategies used, and the reasons why certain practices and representations still strongly persist and shape stereotypes. Methodologically, we used bibliographic research. Black Feminism not only strengthens cultural identity but also humanizes, breaks discriminatory cycles, and contributes to the dissolution of various forms of oppression. Therefore, Black Feminism, as a theoretical and practical movement, brings visibility to the specific demands of the Black population, combats stereotypes, and historical silences. In addition to affirming the political subjectivity of Black women, by defending their right to be seen as intellectuals and participants in the construction of an anti-racist and equitable society, Black Feminism perceives historiography as an occupation of power, and Black Feminism as the construction and implementation of movements, dialogues, and narratives that change mentalities. In this way, Black Feminism both inserts new subjects into historiography and assists in the reconfiguration of the very epistemological foundations of the History of Education, by legitimizing the knowledge of groups historically positioned in conditions of marginalization. It makes ways of being, existing, acting, thinking, and writing even more complete possible worlds, a creative, transformative, political, and theoretical strategy. This is in the struggle of the Black population for space, rights, existence, and to have their voices and stories heard, told, written, and legitimized. History and memory, dynamic and historically constructed as an anti-racist instrument, can be used for liberating educational intervention.

Keywords: Historiography. Memory. Ethnic-Racial Relations. Resistance.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Vozes- mulheres

*A voz de minha avó ecoou
criança*

nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida...
A voz de minha filha
Recolhe todas as nossas
vozes recolhe
em si
as vozes mudas caladas
engasgadas na garganta
voz de minha filha
recolhe em si a fala e o ato.
O ontem-o hoje-o agora.
Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância O
eco da vida-liberdade (Conceição Evaristo, 2017).

O presente artigo decorre de nossas trajetórias de leituras e pesquisas: [1] inspira-se nas pesquisas iniciadas no âmbito do Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia-UFU; [2] decorre, especialmente, do resumo expandido apresentado no *III Seminário de pós-graduandas(os) sobre estudos e pesquisas em História e Historiografia da Educação: A memória como fonte para a História e Historiografia da Educação*, ocorrido nos dias 11, 12 e 13 de novembro do ano de 2025, na Universidade Federal de Uberlândia-UFU; [3] firma-se a partir de debates e reflexões das leitura e estudos do Grupo de pesquisa *Estudos Negros*³ da Universidade Federal de Uberlândia.

A temática acerca da história das mulheres é campo fértil para a História da Educação, por reconhecer e valorizar a pluralidade cultural, política, ética e social, ao evidenciar que diferentes histórias existem e importam. Cabe destacar que a história das mulheres é permeada pelo mundo das representações e das linguagens, por isso, trata-se de um campo em disputa. Sabemos que a história está em constante construção e reconstrução, a escrita de toda e qualquer história não tem mesmo fim. Neste sentido, faz-se importante perceber que feminismos plurais complementam-se, com suas distintas especificidades e características, auxiliando na escrita histórica e a tornando mais completa e representativa, envolvendo todas as mulheres com suas mais diversas trajetórias e contextos.

Ao passo que narrativas femininas são descritas, representadas e imaginadas são também silenciadas. Tendo em vista as narrativas que imperaram historicamente, sendo de rainhas, heroínas ou história das mulheres imaginadas ou idealizadas por homens. Neste

³ O Grupo de pesquisa *Estudos Negros*, da Universidade Federal de Uberlândia, é uma idealização da professora Doutora Ivete Batista da Silva Almeida.

sentido, faz-se necessário a estudos acerca da História da Educação evidenciarem uma contranarrativa, que considere outras perspectivas, especialmente, em relação à história das mulheres negras.

Sueli Carneiro (2003) enfatiza que pensar a contribuição do Feminismo Negro na luta antirracista é importante trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenam as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização social. O esforço pela afirmação da identidade e do reconhecimento social representou para as mulheres negras uma luta histórica que possibilitou que as mulheres do passado e do presente pudessem ecoar de tal forma a ultrapassar as barreiras da exclusão.

Lélia Gonzalez (2020) nos ensina que o feminismo como teoria e prática, desempenha um papel fundamental nas lutas e conquistas da população negra, na medida em que, ao serem apresentadas novas questões, estimula-se a formação de grupos e redes e desenvolve-se a busca por uma nova maneira de ser mulher.

Beatriz Nascimento (2021) considera que a mulher negra, na sua luta diária durante e após a escravização no Brasil, foi contemplada como força de trabalho, na maioria das vezes não qualificada. O estigma da escravização reproduziu às mulheres negras um destino histórico de marginalização.

Em decorrência de produções teóricas tais como as citadas acima, floresceram novas possibilidades de interpretação e problematização da sociedade. Neste sentido, Carneiro (2003) destaca que o protagonismo das mulheres negras, orientado no primeiro momento pelo desejo de liberdade, pelo resgate da humanidade negada pela escravização, e no segundo momento, pontuado pelas emergências das organizações de mulheres negras e articulações nacionais de mulheres negras, que vem desenhando novos cenários e perspectivas para as mulheres negras. Contribuindo para o alargamento dos sentidos de democracia, igualdade e justiça social. Noções sobre as quais gênero e raça impõem-se como parâmetros inegociáveis para a construção de um novo mundo.

Vale destacar que as narrativas orais produzidas por mulheres negras, desempenharam papel fundamental na difusão de saberes historicamente marginalizados. Desse modo, além das narrativas orais, faz-se necessário às mulheres negras, encontrarem-se, também, na escrita. Autobiografar-se, reescrever uma história e preservar uma memória individual e coletiva.

Interpretar, perceber e escrever a história e memória da população negra brasileira

torna-se possibilidade diante da emergência de saberes, em que a palavra é expressão de poder, resistência e construção do conhecimento. Neste sentido, ao longo do tempo o Movimento Negro, bem como Feminismo Negro tem reivindicado não apenas acesso a educação, mas também acesso à representação nos conteúdos escolares, em que as pessoas negras sejam interpretadas como sujeitas históricas e políticas produtoras de conhecimento.

2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E POPULAÇÃO NEGRA: breves considerações

Iniciamos estas breves considerações acerca da História da Educação da população negra dialogando com Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes (2016) que enfatizam que por muito tempo foi comum, no Brasil, a crença de as pessoas africanas escravizadas, viveram o período da escravização passivamente, entretanto, esta crença interferiu e ainda interfere no imaginário construído em nossa sociedade a respeito da população negra. Compreender as condições de vida das pessoas escravizadas, bem como os mecanismos de superação da dominação é passo importante para desconstruir esse imaginário historicamente construído.

Além disso, dialogamos também com Gonçalves (2011) que salienta que a história da escravização brasileira se confunde, ou melhor se funde com a história da resistência. Negros e negras, sequestrados e escravizados jamais se mostraram passivos nesse processo, se recusaram aceitar a coisificação à qual foram expostos, embora a historiografia oficial por muito tempo tenha silenciado sobre a presença e atuação destes.

Neste sentido, importa mencionar nossos e nossas ancestrais que agiram, reagiram e não sucumbiram à escravização de seus corpos e mentes. Propondo experiências e vivências que transcenderam o senso comum (Viana, 2021). Para compreender a História da Educação da população negra brasileira faz-se necessário reconhecer muitos elementos, dentre eles: as famílias, os grupos religiosos, as irmandades, a formação de quilombos, as revoltas organizadas, associativismo e os laços de amizade e de compadrio.

A movimentação negra, Movimento Negro, emergiu desde que os primeiros povos africanos trazidos de maneira forçada de África. Desde o início da escravização, iniciou, também, movimentos para solapar suas bases. Nesta linha Djamila Ribeiro (2019) salienta que

Quando criança, fui ensinada que a população negra havia sido escrava e ponto, como se não tivesse existido uma vida anterior nas regiões de onde essas pessoas foram tiradas à força. Disseram-me que a população negra era passiva e que “aceitou” a escravidão sem resistência. O que não me contaram é que o Quilombo de Palmares, na serra da Barriga em Alagoas,

perdurou por mais de um século, e que se organizaram vários levantes como forma de resistência a escravidão, como a Revolta dos Malês e a Revolta da Chibata. Com o tempo, compreendi que a população negra havia sido escravizada e não escrava, palavra que denota que essa seria uma condição natural, ocultando que esse grupo foi colocado ali pela ação de outrem (Ribeiro, 2019, p.7).

No contexto destas considerações é tempo oportuno para não olharmos as pessoas negras que viveram no regime de escravização como seres que nasceram para servir. O que aconteceu foi uma condição imposta. Assim sendo foram escravizadas e não escravas. Foram muitas as iniciativas de resistência, eleger algumas trata-se de reconhecer o quanto é rica e vasta a história da população negra neste país. Considerando a população negra como protagonistas na luta por liberdade, visibilidade e emancipação (R.V. Lopes, 2024).

Apoiando-se em inúmeros recursos, o Feminismo Negro buscou exaltar a herança cultural afro-brasileira, criando referenciais simbólicos representativos fundamentais na luta antirracista. Luiza Mahin emerge, dessa forma, como ícone das conquistas em contraposição aos referenciais negativos. Seu nome evoca luta, resistência e superação colocando as mulheres negras como protagonistas de lutas sociais. As feministas negras empregaram suas vozes através da escrita e da oralidade para marcar definitivamente a memória e a materialidade de Luiza Mahin no imaginário coletivo (Lima, 2011). As ações do Feminismo Negro resultaram no fortalecimento de Luiza Mahin no imaginário afro-brasileiro como a Cartilha Mulher Negra tem história, poemas das escritoras Alzira Rufino e Miriam Alves, a inauguração da Praça Luiza Mahin, o livro *Um defeito de cor* de Ana Maria Gonçalves e outros.

Segundo Gonçalves (2011) Luiza Mahin, uma mulher negra, africana livre da Costa da Mina, reverenciada pela comunidade negra e suas organizações, todavia, é importante destacar que sua luta não foi isolada. Nomes como Aqualtune, Acotirene, Zeferina e Maria Felipa, necessitam ser lembrados como símbolos da resistência negra.

No pós-abolição, o processo de luta e resistência negra ganhou outros contornos. Por isso, além da libertação oficial, instituída da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, a população negra teve que implementar um longo e árduo processo de construção de igualdade e de acesso aos diversos setores sociais (Munanga. Gomes, 2016).

Raquel Lopes (2024) salienta que as associações negras funcionaram como organismos catalisadores das manifestações políticas e ideológicas da comunidade negra.

Desenvolveram, em certa medida, laços de identidade e orgulho racial. As organizações negras são fundamentais na luta contra as desigualdades raciais no Brasil. Algumas delas tem história no século XIX, outras foram criadas em resposta à discriminação e as condições de vida do negro no século XX.

Ao estudar os anos finais do século XIX, bem como os iniciais do XX, Isabel Lopes (2024) destaca que a população negra participou ativamente no que tange desenvolver estratégias próprias de escolarização, especialmente, a partir do associativismo. Neste sentido, o associativismo negro contribuiu para a integração social das pessoas negras, fazendo com que esse grupo social pudesse participar e vivenciar experiências comuns da época.

Cabe salientar que neste período imperava o discurso de racismo científico, moldando as relações sociais. Carneiro (2023) salienta que para pensarmos a realidade da educação no Brasil

Temos que investigar outros elementos que intervieram e estão na origem desse imbricamento. Com a abolição da escravidão e a emergência da República, influxos do racismo científico aparecerão em pensadores nacionais, aportando novas características aos processos epistemicidas. Na condição de libertos indesejáveis como cidadãos, passam por procedimentos educacionais de contenção, exclusão e assimilação (Carneiro, 2023, p.95).

A Frente Negra Brasileira, por exemplo, criada nas décadas iniciais do século XX em São Paulo. A maior e mais importante organização negra que se projetou no cenário nacional no período do Pós-Abolição, com características formativas e educadoras que são próprias do Movimento Negro. Com seu projeto de “aquilombamento”, organização, formação educacional e profissional colaborou no desenvolvimento dos diversos grupos negros (R. V. Lopes, 2024).

Segundo Domingues (2016), a Frente Negra Brasileira tinha indubitável predomínio masculino. No entanto, a atuação das mulheres negras foi imprescindível para manter a união e coesão dos associados. Estiveram presentes em todo período de existência da organização. Na sede central elas criaram dois agrupamentos específicos, o Rosas Negras e a Cruzada Feminina. Em algumas delegações do interior e de outros Estados, a entidade organizou departamentos femininos. Organizavam festividades e realizavam campanhas de arrecadação de fundos junto aos associados para as ações educativas da Frente Negra Brasileira.

Como salienta

Gomes (2017), o Movimento Negro é educador ao gerar

conhecimento, que não só alimenta as lutas, constitui novos atores políticos, mas também contribui para que a sociedade em geral se dote de outros conhecimentos que a enriquecem no seu conjunto.

Ao dotar à sociedade novos conhecimentos e interpretações o Movimento Negro contribui para solapar as bases de uma história única, que inferioriza aquilo que não lhes convenha. A escritora, romancista e ativista feminista nigeriana, Chimamanda (2019), destaca os riscos de uma história única, porque cria estereótipos. Estereótipos são problemáticos, justamente por serem incompletos, por contarem apenas uma versão.

Ao rejeitamos a história única, percebemos que há inúmeras possibilidades, assim evitamos a simplificação da experiência humana. Abrindo caminhos para a pluralidade de narrativas: histórias. Chimamanda (2019) afirma que

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (Chimamanda, 2019, p.32).

Diante do exposto, nos alinhamos e refletimos a partir do questionamento de Ribeiro (2019), é possível acreditar que pessoas negras não elaboram o mundo? A partir desta pergunta a filósofa e feminista negra nos leva a refletir acerca do privilégio social resultante do privilégio epistêmico, que deve ser confrontado para que a história não seja contada apenas do ponto de vista do poder.

Uma sociedade que desconhece as pessoas, os povos, as histórias, que a constituiu, a construiu e a constrói, isso é danoso, numa sociedade. Neste sentido, Ribeiro (2019), considera o antirracismo uma luta de todas as pessoas, sendo indispensável estudar, escutar e informar-se. Considera, ainda, que o primeiro ponto para entendermos e falarmos acerca do racismo no Brasil é, sobretudo, estabelecer um debate estrutural.

Diante disso, torna-se essencial trazer a perspectiva histórica a começar pela relação entre escravização e racismo, mapeando suas consequências. Isso significa compreender que a linguagem é carregada de valores sociais, sendo necessário usá-la de maneira crítica. Segundo Gonzalez (2020), as linguagens são epistêmicas e devem contribuir para o entendimento da realidade. O “pretuguês”, termo criado por ela, com objetivo de evidenciar as marcas da africanização do português brasileiro. Destacando ser desnecessário mencionar o quanto tudo isso é encoberto pelo véu do branqueamento, comparado por classificações do

tipo “cultura popular”, “folclore nacional” dentre outras que minimizam a importância da contribuição negra na língua portuguesa do Brasil.

Grada Kilomba (2019) enfatiza que as palavras definem identidade e que as linguagens por mais poéticas que possam ser possuem dimensão política, criam, fixam e perpetuam relações de poder e de violência.

Cabe destacar que as linguagens foram utilizadas ao longo do tempo como mecanismo de poder. Kilomba (2019) nos mostra atemporalidade do racismo cotidiano, descrevendo o racismo não apenas como algo do passado colonial, mas como uma realidade do presente. Problematicando o quanto a memória desse passado ainda é constituidor de modos de criar relações na atualidade. Um passado que ecoa no presente, insistindo em provar que a resistência negra não é parte da história. Neste sentido, somente quando forem reconfiguradas as estruturas de poder é que as identidades serão de fato reconfiguradas, possibilitando reestruturar o conhecimento.

Essa movimentação nos possibilita compreender os sentidos e significados do processo de colonização e os efeitos da colonialidade, que persiste mesmo após o fim do colonialismo perpetuando a hierarquização social, cultural, linguística e racial nos dias atuais.

A perpetuação da hierarquização supracitada acarreta tanto um genocídio, quanto um epistemicídio. Abdias do Nascimento (1978), em *O genocídio do negro brasileiro*, destaca que o genocídio é toda forma de aniquilação de um povo, seja moral, cultural ou epistemológica.

Ribeiro (2019), informa que epistemicídio é o apagamento sistemático das produções e saberes produzidos por grupos oprimidos. Os sinais dos apagamentos da produção negra são evidentes, sendo raro encontrar em bibliografias de cursos por exemplo, a indicação de pessoas negras, e ainda mais raro a indicação de produção de mulheres negras.

Frente ao exposto, o epistemicídio constitui-se instrumento eficaz e duradouro de dominação étnica e racial. Segundo Carneiro (2023), negar a legitimidade do conhecimento produzido por grupos socialmente dominados é fazer com que sejam ignorados como sujeitos de conhecimento.

Para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, o epistemicídio implica um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade, pela produção da inferiorização intelectual, pelos diferentes mecanismos de deslegitimação da população negra como

portadora e produtora de conhecimento e pelo rebaixamento de sua capacidade cognitiva, pelo comprometimento da sua autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (Carneiro, 2023).

A partir das afirmações da filósofa, escritora e ativista, citadas acima, percebemos que o epistemicídio definido permite compreender as múltiplas formas em que se expressam as contradições vividas pela população negra, sobretudo as desigualdades no campo educacional. Nos mostrando que colonialismo e racismo se constituíram como formas de destruição de corpos, mentes e espíritos.

No entanto, mesmo diante do epistemicídio em relação a produções da intelectualidade negra um caminho foi aberto por intelectuais, filósofas, pesquisadoras, pesquisadores, ativistas, dentre as quais destacamos: Lélia Gonzalez, Neusa Santos Souza, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, Abdias do Nascimento, Virgínia Bicudo. Sabemos de outros tantos nomes não menos importantes nessa luta de ocupação de espaços e poder e de legitimação do conhecimento da comunidade negra. As pesquisas, as contribuições, as ações produzidas pela intelectualidade negra foram cruciais para que as próximas gerações pudessem avançar academicamente. Neste sentido, torna-se responsabilidade nossa ler, conhecer, compreender, estabelecer pesquisas que dialoguem com as produções acadêmicas supracitadas, para que essa caminhada seja sequenciada.

Ribeiro (2018) reforça ser imprescindível a leitura de autoras negras, o respeito às produções de conhecimento e o pensamento do mundo por outras lentes, por outras geografias da razão. Reforça ainda que essa leitura é um convite para um mundo no qual diferenças não signifiquem desigualdades. Um mundo no qual existam outras possibilidades de existência que não sejam marcadas pela violência do silenciamento e da negação.

O Movimento Negro, nas suas mais diferentes formas de expressão, traz com bandeira de luta a necessidade de um mundo com possibilidades de existir que não sejam caracterizadas pela violência, silenciamento ou negação. Gomes (2017), enfatiza que se não fosse a luta do Movimento Negro, com maneiras diferentes de expressar-se e organizar-se, muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria acontecido. E muito do que hoje se produz sobre essa temática, em perspectiva crítica e emancipatória não teria sido construído. Tampouco as políticas de promoção da igualdade racial teriam sido construídas e implementadas.

Oliveira (2021), destaca que o Movimento Negro de 1978, obteve conquistas importantes como demarcação de terras quilombolas, Lei 10.639, que prevê o ensino da

história afro-brasileira nas escolas, aumento de pessoas negras nas universidades e o fortalecimento da consciência racial de jovens, além de contribuir decisivamente para o desmantelamento do mito da democracia racial.

Ações do Movimento Negro foram fundamentais para que a população negra chegasse a universidade. Antes, porém, tiveram que provar que o racismo estava presente na sociedade, e a democracia racial era uma invenção (Viana, 2021).

Não é segredo que a população negra não manteve-se alheia à importância da educação. Organizações tais como a Frente Negra Brasileira, na década de 1930 e o Teatro Experimental do Negro, entre os anos de 1940 e 1960, encabeçaram iniciativas educativas: escolas, cursos de alfabetização e formação política por meio de iniciativas negras. Essas ações foram reforçadas pela criação do Movimento Negro Unificado em 1978.

Gonzalez (2020) destaca que o desenvolvimento e expansão dos movimentos sociais na segunda metade dos anos 1970 propiciaram a mobilização e a participação de amplos setores da população brasileira, no sentido da reivindicação de seus direitos e de uma intervenção política direta e efetiva.

Destaca-se o papel da Frente Negra Brasileira, por tratar-se de uma organização articuladora e sistematizadora de saberes emancipatórios, especialmente, os políticos acerca da realidade das pessoas negras brasileiras no início do século XX. Neste sentido, retomar, também, o papel desempenhado pelo Teatro Experimental do Negro, cujo objetivo era contestar a discriminação racial, formar atores e dramaturgos negros, buscando resgatar a herança africana na sua expressão brasileira, deixando herdeiros e saberes.

Tanto a Frente Negra Brasileira quanto o Teatro Experimental do Negro, bem como outras iniciativas do Movimento Negro no país exerceram ações que buscavam a emancipação e a escolarização das pessoas negras. Entretanto, foi comum que as ações da movimentação negra, sobretudo, as de escolarização não fizessem parte do campo de análises da História da Educação. No entanto, este cenário modifica-se pouco a pouco, especialmente a partir dos anos finais do século XX.

Marcus Vinícius Fonseca (2016) salienta que as questões sobre a história da educação da população negra foram incorporadas à educação brasileira devido a reivindicações do Movimento Negro durante todo o século XX. Surya Aaronovich Barros (2016) destaca que trabalhos de pós-graduação e publicações acerca da temática: população negra e educação, têm aumentado e ganhado força, principalmente, a partir do final da década de 1980.

Este período foi marcado pela reabertura política e pela redemocratização do país (Assembléia Nacional Constituinte, promulgação da Constituição Federal de 1988). Neste novo contexto, um outro perfil de Movimento Negro passou a configurar-se, tendo como ênfase a educação.

Além disso, neste período pesquisas de Mestrado e de Doutorado passaram a problematizar cada vez mais questões relacionadas aos processos históricos da educação brasileira e que muitas destas pesquisas foram atravessadas pelas questões raciais, de maneira intencional ou não.

Barros (2022) evidencia que pesquisas foram atropeladas/surpreendidas pelas questões raciais. Destacando, ainda, que com o desenvolvimento de pesquisas em fontes primárias, bem como a mudança nas perguntas e hipóteses de investigação, explicações que não levavam em consideração dimensões raciais começaram a ser questionadas, resultando no enriquecimento da pesquisa: novas conclusões sobre processos históricos.

Um exemplo de pesquisa atropelada/surpreendida/atravessada pela dimensão racial a de Zélia Demartini, enquanto coordenava uma pesquisa acerca da escolarização de imigrantes italianos e japoneses, em São Paulo na Primeira República. Ao entrevistar os “velhos mestres-escola”, percebeu a presença não apenas de estudantes negros e negras, mas também de docentes. Demartini surpreendeu-se e publicou um texto no qual chamou atenção para pesquisas acerca da temática. Texto intitulado *A escolarização da população negra na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século* (Demartini, 1989).

Segundo Barros (2022) a partir da primeira metade do século XX o campo de pesquisas relacionadas à História da Educação da população negra foi se consolidando. O que significa que olhando em retrospectiva, a temática era raramente pesquisada, a dimensão racial esteve ao que tudo indica ausente de textos, pesquisas e análises.

Fonseca (2007) destaca dois fatores para a ausência da dimensão racial nos estudos sobre a historiografia da educação: [1] o mito da democracia racial, a ideia de que no Brasil não existe racismo; [2] privilegiar a questão da classe em detrimento da raça.

Cabe destacar que pouco a pouco, apesar de ainda haver um longo caminho a ser percorrido, o cenário da pesquisa brasileira vem se modificando, em decorrência das políticas afirmativas, especialmente as cotas raciais. A culminância do processo de inflexão na trajetória do Movimento Negro Brasileiro aconteceu nos anos de 2000, momento este que pode ser compreendido como de confluência de várias reivindicações desse movimento social acumuladas ao longo dos anos.

Frente ao exposto, destacamos alguns dos acontecimentos marcantes dos anos iniciais dos anos 2000, resultado da moviementação negra: [1] em 2000, fundação da ABPN- Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as); [2] em 2003, a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; [3] também em 2003, aprovação da Lei 10.639/2003; [4] em 2004 no Ministério da Educação, criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad); [5] em 2008, Lei 11.645; [6] em 2010, Estatuto da Igualdade Racial; [7] em 2012, Lei de Cotas.

De acordo com Barros (2022), a aprovação da Lei 10.639 no ano de 2003, aquela que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo do ensino fundamental e médio, público e privado, foi uma ação fundamental para o desenvolvimento da história da educação, com a ampliação das fontes e das preocupações de pesquisa, com o diálogo com a história social que renovou a historiografia sobre a população negra.

As experiências de intelectuais negras que tiveram suas trajetórias pessoais e profissionais relacionadas ao campo escolar, e que vêm sendo revistas pela historiografia, reforçam a heterogeneidade dos processos educativos da população negra (Barros, 2022).

Com a abertura de vagas, adoção de ações afirmativas nos processos seletivos, novas pesquisas e novos(as) pesquisadores(as) chegaram ao ambiente acadêmico. Esse princípio de alteração no cenário da pesquisa brasileira propôs olhares e problematizações diferentes. A primeira metade do século XXI foi um período de ampliação do acesso ao ensino superior.

Neste contexto, Barros (2022) salienta que o país presenciou a ampliação da discussão sobre relações raciais, que ultrapassaram os espaços da militância, inclusive nas pesquisas. Desse modo, a dimensão racial alcançou novos campos de investigação, até mesmo na História da Educação. “Destacam-se imigrantes, indígenas, negros, mulheres e outros como sujeitos, culminando num aumento significativo de trabalhos relacionando população negra e educação” (Barros, 2022, p.161).

3. FEMINISMO NEGRO, RESISTÊNCIA E INTELECTUALIDADE

A história pode ser definida como um recorte feito no presente inspirado nos vestígios do passado. As fontes não estão dadas, podem ser silenciosas a ponto de passarem despercebidas por olhares ingênuos. Desse modo, percebemos a escrita da história como algo que envolve responsabilidade e compromisso. Reconhecemos que falar sobre a história das

mulheres significa falar sobre suas representações e relações com os homens, família, crianças, sexualidade, corpo, classe, raça, sociedade, tempo histórico e outros.

De acordo com Iamara Viana (2021), ao trazer histórias e memórias, os espaços são reabilitados. A historiografia tem trabalhado nesta perspectiva, mas dentro da memória coletiva existe a peculiaridade das trajetórias individuais que evidentemente se cruzam com tantas outras. Lembranças que estavam guardadas num subterrâneo quase imperceptível intocado. No momento em que essas lembranças emergem elas são compartilhadas.

Para o feminismo negro o termo “empoderamento” possui um significado coletivo. Trata-se de empoderar-se a si e aos outros e colocar as mulheres como sujeitos ativos da mudança (Ribeiro, 2018).

Munanga e Gomes (2016), destacam as mulheres negras como importantes na construção do país em trajetórias de luta, perseverança e sabedoria. No entanto, nos mostram que nem sempre as mulheres negras ocuparam a atenção do movimento negro e do movimento feminista. Ao que tudo indica, isso levou as mulheres negras a questionar a ausência da discussão do gênero articulada com a questão racial dentro do movimento feminista e do movimento negro e iniciar uma luta específica.

Dulcilei da Conceição Lima (2011) reforça que desde o início da organização do Movimento Negro Unificado, as mulheres tiveram participação destacada. Desta forma, agregaram à pauta de discussões, questões de interesse da mulher negra tais como, planejamento familiar, denúncia a violência contra a mulher, melhoria de condições e oportunidades de trabalho. O princípio das discussões de gênero no interior das organizações negras. Essas ações internas dentro do movimento negro visavam ampliar sua visibilidade e tira-las da situação de coadjuvantes.

Mulheres negras transformaram espaços com luta, escritos e saberes. O feminismo negro emerge trazendo como fator fundamental: a interseccionalidade, capacidade de demonstrar multiplicidades, evidenciando desigualdades de gênero, raça e classe. A interseccionalidade revela o que a classe pode dizer sobre a raça, da mesma forma que raça informa sobre a classe.

Carla Akotirene (2020), salienta que a interseccionalidade evidencia como diferentes marcadores como raça, classe, gênero interagem e sobrepõem-se criando formas de opressões ou de privilégios.

Para Ribeiro (2018), pensar a interseccionalidade seria perceber que não pode existir primazia de uma opressão sobre as outras sendo necessário romper com a estrutura.

Significa pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, porque são indissociáveis.

Nesse sentido, as desigualdades e discriminações não são fatos isolados e criam uma vivência específica moldada por variados fatores que agem de forma simultânea. Demonstrando que racismo, sexismo e estruturas patriarcais são inseparáveis, e tendem a excluir indivíduos ou grupos de diferentes formas. O pensamento interseccional pode ser utilizado não só como ferramenta teórica, mas também de intervenção para todos aqueles comprometidos com a educação para as relações étnico-raciais. Logo, é pensar em projetos com novos marcos civilizatórios. Além disso, é também divulgar a produção intelectual da mulher negra.

Gonzalez (2020) salienta não ser fácil, é na prática é que vai-se percebendo e construindo a identidade, porque o que está colocado em questão é justamente uma identidade a ser construída, reconstruída e desconstruída num processo dialético.

Vale destacar que a interseccionalidade é a autoridade intelectual de todas as mulheres que um dia foram interrompidas, sendo sofisticada fonte metodológica, proposta pela intelectual negra, norte americana: Kimberlé Crenshaw.

Akotirene (2020) afirma seguir

Kimberlé Crenshaw junto com o método diáspora feminista atravessado nesta discussão, visando aumentar os diálogos com as epistemes dos povos colonizados, abranger as travessias teóricas de corpos navegantes, balanceados pelas águas étnicas, culturas polissêmicas e posicionalidades transatlânticas. Afinal, o conhecimento deve ir além das demarcações fixadas por linhas imaginárias do horizonte e, finalmente, valer-se de raça, classe, território e gênero (Akotirene, 2020, p.113).

Frente ao exposto, reforçamos que nós também nos alinhamos tanto com Crenshaw quanto com Akotirene, nas discussões acerca das sociedades que foram colonizadas, tais como a nossa, faz-se necessário que as pesquisas abarquem simultaneamente raça, classe, território e gênero.

O feminismo negro anunciado no Brasil, em fins da década de 1970, por meio de intelectuais, como Lélia Gonzalez- iniciou as discussões sobre a mulher negra nas questões referentes ao mercado de trabalho, educação e saúde e que criou o termo *amefricanidade*⁴, conceito político-cultural que destaca a experiência negra e indígena nas Américas. E

⁴ Gonzalez (2020) destaca a sua insistência com relação à categoria da “*Amefricanidade*”, que floresceu e se estruturou no decorrer dos séculos que marcaram a presença negra no continente. Já na época da escravização ela se manifestava nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, cuja expressão se encontra nos quilombos.

sequenciado por outras intelectuais, como Sueli Carneiro, cunhando a expressão “enegrecendo o feminismo” para discutir a emergência de um movimento com olhar feminista e antirracista, estruturando uma nova identidade política referente a condição específica de ser mulher negra.

“A proposta de Lélia para pensar a “amefricanidade”, propondo um feminismo afro-latino-americano, se perpetua até hoje ao se propor uma luta transnacional” (Ribeiro, 2019, p. 64).

Gonzalez (2020), destaca que o racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Neste sentido, no caso das crianças negras elas crescem se envergonhando de ser quem verdadeiramente são.

De acordo com Gonzalez (2020), vale ressaltar que o Movimento Negro Unificado em seus primeiros anos de existência desenvolveu uma série de atividades que muito contribuíram para o avanço da consciência democrática, antirracista e anticolonialista no Brasil. A presença de mulheres negras, não apenas em sua criação como em sua direção, não pode ser esquecida.

Desse modo, em relação à movimentação negra brasileira não se pode esquecer do importante papel assumido pelas mulheres negras e suas organizações. Gonzalez (2020) afirma que o feminismo negro possui uma diferença específica em face do ocidental que seria a solidariedade, fundada numa experiência histórica comum.

Um grupo de mulheres negras reuniam-se dentro do Movimento Negro Unificado

após sua reunião, aquelas mulheres Beatriz, Marlene, Vera, Mara, Joana, Alba, Judite, Stella, Lucia, Norma, Zumba, Alzira, Lísia e várias outras (eram cerca de vinte), juntavam-se a seus companheiros para a reunião ampliada (que chamavam de Grupão), onde colocavam os resultados de sua discussão anterior a fim de que o conjunto também refletisse sobre a condição das mulheres negras. Todavia, dados os caminhos seguidos por diferentes tendências que se constituíram a partir do Grupão, esse grupo pioneiro acabou por se desfazer e suas componentes continuaram a atuar, então, nas diferentes organizações que se criaram. Os anos seguintes testemunharam a criação de outros grupos de mulheres negras (Aqualtune em 1979, Luisa Mahin em 1980, Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro em 1982), que, de um modo ou outro, foram reabsorvidos pelo movimento negro (Gonzalez, 2020, p.103).

Segundo Carneiro (2003) o movimento de mulheres negras do Brasil é um dos mais respeitados do mundo e referência fundamental em certos temas do interesse das mulheres

no plano internacional. Esse movimento destaca-se pelas decisivas contribuições no processo de democratização do Estado produzindo inovações importantes no campo das políticas públicas.

O grande encontro do movimento negro com o movimento de favelas ocorreu a partir da campanha eleitoral de 1982. Os efeitos da chamada abertura política, concretizados na formação de novos partidos políticos, atraíram setores que até então haviam permanecido à margem do processo político partidário. Os novos programas integraram algumas reivindicações dos movimentos sociais. Nesse contexto surgiram candidaturas originárias do movimento negro e do movimento de favelas, como as duas irmãs Benedita da Silva e Jurema Batista (Gonzalez, 2020).

Ainda segundo Gonzalez (2020), mediante a articulação do movimento de favelas, do movimento de mulheres e do movimento negro, Benedita da Silva tomou a iniciativa da organização e realização do I Encontro de Mulheres de Favelas e Periferia em julho de 1983.

Nesse contexto de articulação novas perspectivas abriram-se para ambos os movimentos

é nesse contexto que se inscreve a criação do Nzinga, coletivo de Mulheres Negras no dia 16 de junho de 1983, justamente na sede da Associação de Moradores do Morro dos Cabritos, por um grupo de mulheres originárias sobretudo do movimento de favelas e do movimento negro: Jurema Batista, Geralda Alcântara, Miramar da Costa Correia, Sonia C. da Silva, Sandra Helena, Bernadete Veiga de Souza, Victoria Mary dos Santos e Lélia Gonzalez. Em meados de julho daquele mesmo ano, a companheira Jurema Batista seguia para Lima como delegada do Nzinga para o II Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, juntamente com duas representantes do Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, e atuação dessas companheiras foi de tal ordem que conseguiram que se criasse um Comitê Antirracismo no Encontro. Pela primeira vez na história do feminismo negro brasileiro, uma favelada representava no exterior uma organização específica de mulheres negras (Gonzalez, 2020, p. 107).

A escolha do nome Nzinga, para o Coletivo de Mulheres Negras se relaciona com a preocupação de colocar em destaque um passado histórico recalcado por uma história que silencia o protagonismo de mulheres como a Rainha Nzinga, com um papel da maior importância na luta contra a colonização portuguesa em Angola (Gonzalez, 2020).

As contribuições de Lélia Gonzalez foram transformadoras por destacarem a importância das contribuições das mulheres negras, bem como o protagonismo feminino demonstrando e transmitindo saberes, conhecimentos, valores, palavras, costumes e

tradições. O movimento de mulheres, não apenas na teoria, mas também nas práticas feministas, encontrou uma solidariedade essencial à questão racial: a irmandade.

O movimento feminista negro brasileiro, desde o início, identificou-se com as lutas populares e com as lutas pela democratização do país. Carneiro (2003), chama a atenção para a expressão que utilizaram para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro, "*Enegrecendo o feminismo*". Buscando assinalar a formulação ocidental clássica feminista de um lado, e de outro revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminismo na sociedade. Com essas iniciativas desenvolveu-se uma agenda específica, que promoveu a afirmação das mulheres negras como novos sujeitos políticos, reivindicando o reconhecimento da diversidade e desigualdade.

Para Lima (2011), Feminismo Negro é a designação utilizada para nomear o movimento de mulheres atuantes tanto na esfera da discussão de gênero quanto na luta antirracista. Deriva-se da expressão "*Enegrecendo o feminismo*" cunhada pelo próprio movimento de mulheres.

Cabe destacar o feminismo negro no sentido da sabedoria africana, desenvolvendo seus projetos vislumbrando tudo que está acontecendo no entorno. Pode-se destacar que as mulheres negras compreenderam e souberam usar com maestria os espaços de sobrevivência deixados por uma sociedade profundamente hierarquizada por questões de raça, gênero e classe.

Os grupos, coletivos e associações refletem ações coletivas fortalecendo o ser negro acadêmico e intelectual: [1] a Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros, um coletivo atuante na divulgação de pesquisas e práticas de ensino antirracista no Brasil, valorizando a memória negra. [2] o Geledés- Instituto da Mulher Negra; [3] o acervo Cultne; [4] a ABPN- Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as).

O Geledés- Instituto da Mulher Negra é uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa das mulheres e de pessoas negras em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira, que limitam o acesso aos direitos. Ao longo de sua atuação ampliaram seus compromissos e posicionamentos também contra outras formas de discriminação e preconceito que limitam a realização da plena cidadania. As atividades contemplam temas como educação, saúde, comunicação e mídias digitais, mercado de trabalho, pesquisa acadêmica, violência estatal, genocídio, feminicídio, memórias negras,

políticas públicas, tecnologia social, racismo ambiental, fascismo, reparações e justiça racial, entre outros.

Valéria Gomes Costa (2021), considera que a Associação Brasileira dos Pesquisadores(as) Negros(as)-ABPN, de certa forma foi fruto de organizações do movimento negro que a antecedeu. Com o objetivo de combate ao racismo e a discriminação racial, atuando na formação educacional e promoção da cidadania da população negra. Tornando-se espaço de concentração da produção e divulgação de pesquisas e de cientistas negros(as), no Brasil e ecoando também internacionalmente.

As ações negras intelectuais como a Associação Brasileira dos Pesquisadores(as) Negros(as)-ABPN, a Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros e outras instâncias formais e informais de intervenção pública, todas essas experiências representam uma oportunidade para amadurecimento, renovação e democratização do fazer historiográfico (Pinto, 2021).

Além de organizar Congressos, nacionais e regionais, a ABPN possui a Revista, fruto de trabalho coletivo, o número inicial da revista lançado em março de 2010, apresentando um dossiê dedicado à *“Experiência de mulheres negras na produção do conhecimento”*. Neste sentido, podemos considerar a ABPN, um ação coletiva fundamental para o enfrentamento ao racismo dentro e fora da academia, por conhecer, reconhecer e valorizar a produção intelectual de pessoas negras.

Valéria Gomes Costa (2021) enfatiza que nas últimas décadas estamos vivenciando uma expressiva produção e visibilidade de intelectuais negras e negros, muitos tem sido os esforços para a democratização do conhecimento, nos mais diversos campos epistêmicos. Considerando ações fundamentais o surgimento da Rede Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs), parceiros da ABPN que atuam na ampliação do debate racial na comunidade universitária, através da implementação das leis educacionais, Lei 10.639/03 (Ensino da História da África e Afro-Brasileira); Lei 11.645/08 (Ensino da História Indígena); e da Lei 12.711/12 (das Cotas Raciais).

Neste sentido, os passos da intelectualidade negra vem de longe e seguem avançando. De acordo com Costa (2021):

Maria Beatriz Nascimento, intelectual do Movimento Negro que vem sendo revisitada ou redescoberta. Assim como Lélia Gonzalez. Cecília Soares protagonizou as investigações sobre mulheres negras ganhadeiras na Salvador do século XIX; Isabel Reis investigou o tema da família negra no

tempo da escravização; Lucilene Reginaldo, irmandades negras no século XVIII; Solange Rocha realizou estudos acerca da população negra na Paraíba oitocentista; Wlamyra Albuquerque, que pesquisou a Abolição (Costa, 2021, p. 237).

Nos últimos anos têm aumentado os estudos sobre os desafios enfrentados por mulheres negras, com atuação das jovens feministas negras, assegurando visibilidade à urgência da mudança (Bento, 2022). Sendo insurgentes todas aquelas que emergem em coletivos de mulheres negras espalhados por todo país, que se expressam em intensas manifestações, tais como a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver.

O site oficial da Marcha das Mulheres Negras⁵, afirma acerca da história do Movimento de Mulheres Negras no Brasil, que a luta das mulheres negras por direitos é antiga, coletiva e contínua. Desde os tempos da escravização foram líderes das revoltas, fundadoras de quilombos e defensoras de liberdade. Mais de 100 mil mulheres negras do Brasil marcharam em 2015 contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, um processo histórico que impactou e definiu os rumos da organização política das mulheres negras no Brasil e na América Latina. Dez anos depois, em 25 de novembro de 2025 aconteceu a segunda Marcha Nacional das Mulheres Negras, com caráter internacional, carregando um legado do que veio antes de nós projetando um futuro onde a Reparação e o Bem Viver sejam realidade. Um movimento com protagonismo, criatividade, resistência, reivindicação e atuação feminina. Vale lembrar que tanto na primeira quanto na segunda edição a Marcha das Mulheres Negras propôs não apenas uma caminhada reflexiva, mas também a produção de documentos escritos de reivindicação.

Cida Bento (2022) salienta que reivindicações feitas por organizações, por exemplo, pela Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), dialogam com o conceito de bem viver, que pleiteia relações mais respeitadas com a natureza e mais solidárias, justas e cooperativas entre os diferentes grupos que compõe a sociedade.

O Feminismo Negro, possui uma agenda ampla, cujas reivindicações não se restringem apenas aos interesses das mulheres negras, mas em busca de uma sociedade diferente para todas as pessoas. Estão na agenda de lutas do referido movimento reivindicações tais como: educação, moradia, saúde, bem estar social. Nesse sentido,

⁵ Marcha das Mulheres Negras, 2025. Disponível em < <https://marchadasmulheresnegras.com.br/> > Acesso em 16 mar. 2026.

apresentam o direito ao reconhecimento, à humanidade, à vida, à existência, à educação como valores inegociáveis.

Vale ressaltar que Feminismo Negro como um movimento teórico e prático, além de levar em consideração reivindicações que sejam interesse para todas as pessoas, busca atribuir visibilidade a pautas históricas e culturais específicas da subjetividade política das mulheres negras, combatendo estereótipos e o apagamento histórico, defendendo seu direito de serem vistas como intelectuais e participantes ativas na construção de uma sociedade mais equitativa.

Frente ao exposto, as mulheres negras estiveram presentes na luta por direitos protagonismo e empoderamento não apenas na prática em movimentos sociais, mas também teoricamente a partir da produção intelectual estabelecendo formas de dissolução do racismo e consequentemente do sexismo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos avanços e recuos da escrita da história, nosso modo de perceber o mundo bem como nosso estilo de escrever sobre ele, tem sido profundamente marcado pelos encontros com as diversas vozes e olhares sobre a história da educação e população negra no Brasil. Desejamos deixar, aqui, um ponto de partida para outras pesquisas, bem como novos diálogos que possam ampliar estudos sobre a temática.

Consideramos que o Feminismo Negro contribui com a História da Educação no sentido de ampliar perspectivas e interpretações sobre a história das mulheres negras, seus sentimentos, seus pertencimentos, suas comunidades. Consideramos, ainda, a importância de interpretações sob a égide interseccional- gênero, raça e classe- que estabelece condições de acesso aos saberes produzidos pela população negra brasileira, especialmente, pelas mulheres negras. Por fim, essa movimentação a interseccionalidade como passo fundamental para a implementação da Educação Antirracista.

Neste texto, evidenciamos história, memória e produção intelectual de mulheres negras- historicamente silenciadas- como estratégia de fortalecimento da Educação para as Relações Étnico-Raciais. Tendo em vista que tal ação contribui para a completude de saberes, vivências e experiências. Dito isso, destacamos a profunda conexão entre história, educação, memória e resistências. Notamos que o protagonismo das mulheres negras denunciam o colonialismo, bem como a colonialidade. Configurando-se como fundamento teórico e metodológico para a problematização crítica dos cânones da História da Educação ao propor uma revisão epistemológica das formas como a realidade social é construída e legitimada nesse campo.

O Feminismo Negro visa superar racismo, sexismo, classismo e outras formas de opressão, transformando a sociedade como um todo. Temos que acreditar e agir para que outros mundos sejam possíveis. Desta forma, parafraseamos Sueli Carneiro, se o racismo foi construído por seres humanos, pode e deve ser desconstruído por seres humanos.

Assim, acreditamos no antirracismo, enquanto ações de todas as pessoas, compromisso para uma sociedade justa, democrática e equitativa. Finalizamos o presente artigo, do mesmo modo que iniciamos trazendo palavras com significado. Iniciamos com as palavras da Conceição Evaristo e terminamos com escritas da Carta Global das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver:

Caminhamos com o legado de nossas ancestrais em mente e coração, legado que é herança das futuras gerações. Não temos medo. Sabemos que outro mundo é possível e o construímos dia a dia de nossos saberes, nossas

organizações e nossas esperanças combativas. Não pararemos até que a justiça racial, a dignidade e a liberdade sejam uma realidade para toda menina, jovem e mulher negra, afro-descendente e de todas as diversidades neste planeta. De discurso à ação: seguiremos em marcha permanente até que essas demandas sejam uma realidade concreta para todas nós. Até que a dignidade, as reparações e o Buen Vivir para as mulheres negras se tornem costume (Marcha Nacional das Mulheres Negras, 2025, p. 9).

Ao começarmos com as palavras de Conceição Evaristo e encerramos com as palavras da Marcha das Mulheres Negras, realizada em 25 de novembro de 2025 em Brasília-Brasil, deixamos abertas possibilidades para novos diálogos em textos futuros.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade: feminismos plurais**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

BARROS, Surya Aaronovich. **Um balanço sobre a produção da história da educação dos negros no Brasil**. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich. *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói,RJ. Cead-UFF, 2016.

BARROS, Surya Aaronovich. **200 anos de educação da população negra no Brasil**. In: GAZOLA, Kênia et al. *Educação e Nação no Bicentenário de Independência*. Belo

Horizonte: KMA, 2022. Disponível em:<<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/68301/2/Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20na%C3%A7%C3%A3o%20no%20bicenten%C3%A1rio%20da%20independ%C3%Aancia.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2026.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**,17(49), 117-133, 2003.

Disponível em:<https://revistas.usp.br/eav/pt_BR/article/view/9948>. Acesso em: 11 fev. 2026.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CHIMAMANDA, Adichie. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

COSTA, Valéria Gomes. Inserções, Arquivos e Estudos. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 13, n. 35, p. 214–241, 2021. Disponível em:<<https://abpn.emnuvens.com.br/site/article/view/1197>>. Acesso em: 11 fev.2026.

DEMARTINI, Zelia de Brito Fabri. **A escolarização da população negra na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século**. Revista da Associação Nacional de Educação, São Paulo, v.8, n.14, pp.51-60, 1989.

DOMINGUES, Petrônio. Fretenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. **Cadernos Pagu**,Campinas, São Paulo,n. 28, p.345-374, 2016.Disponívelem:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644809>>. Acesso em: 4 mar.2026.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FONSECA, Marcus Vinícius. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v.13, p.11-50, 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5761/576161076002.pdf>>. Acesso em: 18 fev.2026.

FONSECA, Marcus Vinícius. **A população negra no ensino e na pesquisa em história da educação no Brasil**. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich. *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói, RJ. Cead-UFF, 2016.

GELEDÉS-Instituto da Mulher Negra. Sobre Geledés. **Geledés**, 2025. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/sobre-geledes/>> Acesso em: 18 fev.2026.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONÇALVES. Aline Najara. **Luíza Mahin: uma rainha africana no Brasil**. Rio de Janeiro: CEAP, 2011. Disponível em: <<https://mst.org.br/download/luiza-mahin-uma-rainha-africana-no-brasil-aline-najara-da-silva-goncalves/>>. Acesso em: 11 fev.2026.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro latino americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Dulcilei da Conceição. **Desvendando Luíza Mahin: um mito libertário no cerne do Feminismo Negro**. São Paulo, Dissertação mestrado, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011. Disponível em: <<https://dspace.mackenzie.br/items/da7019cc-f62a-42c2-88e-b-55759a0d537c>>. Acesso em: 5 mar.2026.

LOPES, Isabel Maria. **O Horizonte de expectativas republicanas e as experiências educacionais dos negros em Minas Gerais na virada do século XIX para o século XX**. Uberlândia, Dissertação mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, 2024. DOI

<http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.5101>.Disponível em:<<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/42219>>. Acesso em: 18 fev.2026.

LOPES, Raquel Virginia. **Educação e Negritude no Brasil dos anos 1930: Primeiras aproximações com a Frente Negra Brasileira (1931-1937)**.Uberlândia, Dissertação mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, 2024. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.5102>.Disponível em:<<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/42234>>. Acesso em: 18 fev.2026.

MARCA NACIONAL DAS MULHERES NEGRAS POR REPARAÇÃO E BEM VIVER. **Carta das Mulheres Negras ao Parlamento**. Brasília, 2025. Disponível em:<<https://marchadasmulheresnegras.com.br/wp-content/uploads/2025/12/Carta-das-Mulheres-Negras-ao-Parlamento.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2026.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**: 2 ed. São Paulo: Global, 2016.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

OLIVEIRA, Márcia Gomes. O perfil de liderança da mulher negra no Pós-Colonialismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 13, n. 35, p. 10–28, 2021. Disponível em:<<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/900>>. Acesso em: 11 fev.2026.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Tintas negras nos escritos da liberdade. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 13, n. 35, p. 10–28, 2021. Disponível em:<<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1185>>. Acesso em: 11 fev.2026.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**.São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VIANA, Iamara da Silva. Num corpo só: ensino e pesquisa. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 13, n. 35, p. 10–28, 2021. Disponível em:<<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1187>>. Acesso em: 11 fev.2026.